

FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA SUBSEQUENTE X PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) E O DISCURSO DAS COMPETÊNCIAS

Bárbara F. Rocha da Silva¹
Cristiane Fátima de M. Queiroz²
Cristina Barreto Santos³
Elieni Cerqueira Ribeiro Lima⁴

RESUMO

O presente artigo pretende elucidar de forma reflexiva discussões acerca das competências desenvolvidas nos cursos profissionalizantes na perspectiva dos cursos técnicos subsequentes e do PRONATEC, com foco na inserção dos sujeitos que os procuram no mercado de trabalho. O termo competências é utilizado com enfoque neoliberal, o qual afirma que os sujeitos que convivem

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-Graduada em Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA). Graduada em Matemática – Bacharelado e licenciatura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: bf-sil@bol.com.br

² Graduada em Pedagogia pela UNEB. Pós-Graduada em Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo IFBA. Graduada em Administração pelo IFBA. E-mail: crique.ssa@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia pela Fundação Visconde de Cairú (FVC). Especialista em Educação Infantil pela FVC. Pós-Graduada em Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo IFBA. E-mail: cristinabarretosantos@gmail.com

⁴ Graduada em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Pós-Graduada em Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo IFBA. Pós-Graduada em Metodologia de Ensino para a Educação Profissional pela UNEB. E-mail: elienai.lima@gmail.com.

no sistema capitalista não estão inseridos no mercado de trabalho em razão da falta de habilidades para atuar em diversas áreas do conhecimento técnico. Por isso, reafirmamos a importância de discutir o conceito de competência inserido no contexto educacional, desde a lei n.º 9394/96, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa escrita norteou-se pela pesquisa bibliográfica e análise documental. A análise foi feita na lei n.º 9394/96 e em alguns pareceres do Ministério da Educação e Cultura, buscando interlocução com teóricos que abordam a profissionalização dos sujeitos, com intuito de relacionar teoria e prática, haja vista que o foco destes programas educacionais é qualificar para o trabalho. Evidenciamos as dicotomias nas formações técnicas do PRONATEC, visto que se enquadra numa formação subsequente ligeirada. Percebemos que a formação no PRONATEC não tem garantido qualificação necessária aos sujeitos que não possuem experiência profissional anterior à inserção do curso, o que demonstra a necessidade de continuarmos pesquisando com intuito de contribuir com a melhoria dessa modalidade de ensino.

Palavras-chave: Competências. Curso técnico Subsequente. Educação Profissional. PRONATEC.

ABSTRACT

This article aims to elucidate reflexively discussions about the skills developed in the professional courses from the perspective of subsequent technical courses and PRONATEC, focusing on inclusion, the subjects who seek, in the labor market. The term competence is used with neoliberal approach, which states that individuals who live in the capitalist system are not included in the labor market due to their lack of skills to work in various areas of expertise. We therefore reaffirm the importance of discussing the concept of competence inserted in the educational context, since no law. 9394/96, the LDB – Law of Directives and Bases of National Education. This writing guided by the literature and document analysis research. The analysis was made in Law No. 9394/96, in some opinions of the Ministry of Education and Culture seeking dialogue with theorists addressing the professionalization of the subjects, aiming to link theory to practice, given that the focus of these educational programs is to qualify for the work. We noted, the dichotomies in technical formations PRONATEC, as fits a lightened subsequent formation. We realize that training in PRONATEC fear not guaranteed qualification required to subjects who do not have prior experience entering the course, which demonstrates the need to continue researching in order to contribute to improving this type of education.

Keywords: Competency. Subsequent technical course. Professional education. PRONATEC.

Introdução

Segundo Alarcão (2011, p. 13), “a sociedade da informação, como sociedade aberta e global, exige competências de acesso, avaliação e gestão da informação oferecida”. As Diretrizes Nacionais da Educação Profissional (BRASIL, 2013, p. 208) nos informa que a nova realidade do mundo do trabalho, decorrente, sobretudo, da substituição da base eletromecânica pela base microeletrônica, passou a exigir da Educação Profissional que propicie ao trabalhador o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais complexos. Sabemos que a formação para o trabalho é um dos resultados a serem obtidos pelo Plano Nacional de Educação.

Será que esses indivíduos, após concluírem os cursos profissionalizantes, estarão preparados, com suas competências aguçadas, para o mundo do trabalho? Conquistando o seu espaço, sentindo-se cidadãos, enquanto sujeitos de direito? Ou simplesmente continuarão subservientes ao mercado, o qual os considera como instrumento produtor da mais valia? A noção de competência necessária à vivência na contemporaneidade em que acordaram conceituados industriais após encontro, no início dos anos 1990, na Europa é:

Esta noção de competência, não incluía só conhecimento (fatos, métodos, conceitos e princípios), mas capacidades (saber o que fazer e como). Experiência (capacidade de aprender com o sucesso e com os erros), contatos (capacidades sociais, redes de contatos, influência), valores (vontade de agir, acreditar, empenhar-se, aceitar responsabilidades) e poder (físico e mental) (ALARCÃO, 2011, p. 19).

Devemos refletir sobre a formação ofertada a esses educandos, de forma a compreender se esta tem atendido a proposta humanística, ou seja, formar cidadãos críticos, comprometidos com o seu fazer, entendendo trabalho como condição humana. Esses alunos conseguem descrever o que de fato buscam nessa proposta de qualificação? São inquietações que não se esgotaram nesta escrita, mas nortearam todo nosso trabalho.

Segundo Duarte, “A meta da concretização, na vida de todos os seres humanos, das máximas possibilidades de desenvolvimento multifacetado, só será alcançada quando o trabalho deixar de ser atividade alienada” (DUARTE, 2012, p. 151). Isto é, quando for superada a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, a educação poderá transformar-se na essência do trabalho e este contribuirá para que o ser humano se desenvolva de forma omnilateral.

Tonet (2006, p. 9) pontua que “Numa sociedade de classes como a nossa, capitalista, a educação é organizada de modo a servir a reprodução dos interesses das classes dominantes”. Não seria esse, então, o papel da educação profissional? Haja vista que a educação básica, principalmente a educação pública, que deveria assumir um perfil generalista, não tem dado conta em assegurar as competências técnicas e científicas necessárias aos educandos que a procuram. Como cursos de qualificação profissional, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que possuem curta duração, darão conta de assegurar tais competências?

No portal do Ministério da Educação e Cultura, o leitor poderá encontrar informações referentes ao curso técnico, que versa: o curso técnico é um curso de nível médio que objetiva capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, tendo em vista o acesso imediato ao mercado de trabalho, além da perspectiva de requalificação ou mesmo reinserção no setor produtivo; sendo destinado à candidatos que tenham concluído o ensino fundamental e, para a obtenção do diploma de técnico, é necessária a conclusão do ensino médio (BRASIL, 2014)

Os cursos podem ser promovidos na forma integrada, concomitante ou subsequente. Na forma integrada, o aluno frequenta cursos, cujo currículo foi planejado reunindo os conhecimentos do ensino médio e as competências da Educação Profissional. Na forma concomitante, ocorre uma complementaridade entre o curso técnico e o ensino médio. Na forma subsequente, o aluno, ao se matricular no curso técnico, já concluiu o ensino médio e deve ter uma formação integral, na perspectiva omnilateral.

[...] formar hoje para uma perspectiva omnilateral, e dentro de uma concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar, pressupõe tornar-se senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de prover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos, a começar pelo direito à vida digna, à saúde, à educação, habitação, emprego ou salário desemprego, lazer, etc., sem o que o humano se atrofia (FRIGOTTO, 1996, p. 157).

Essa formação deve promover aos sujeitos condições de exercerem de forma consciente e crítica sua cidadania, pois oportuniza a autonomia intelectual e a emancipação humana. Vale ressaltar que, inicialmente, nos parece que a preocupação do Ministério da Educação e Cultura é com a qualificação dos educandos e sua inserção na sociedade dentro da perspectiva da omnilateralidade. No entanto, ao analisarmos diversos pareceres desta autarquia, infere-se a evidente preocupação com o repasse de valores para o fomento dessa modalidade de ensino e pouco se apresenta sobre sua proposta pedagógica.

Nesse contexto, o fulcro do presente trabalho buscou analisar o papel da Educação Profissional como um caminho para inserção no mercado de trabalho. E, dentre as tantas propostas de cursos profissionalizantes, privilegiamos a análise do técnico subsequente e do PRONATEC, objetivando compreender se os cursos no formato do PRONATEC fornecem subsídios teóricos suficientes para a inserção dos sujeitos que o procuram no mercado de trabalho, tal como os cursos técnicos subsequentes, haja vista o déficit de mão de obra qualificada nesse segmento profissional.

Esse tema mostra-se muito relevante para a nossa sociedade, haja vista que os meios de comunicação divulgam que existe vaga de emprego no Brasil e o que falta é mão de obra qualificada. “Apesar da crise, ainda tem muito emprego no mercado de trabalho em todo o país. Em março, foram geradas mais de 19 mil vagas de emprego com carteira assinada. Só que falta mão de obra qualificada e por isso o processo seletivo está mais demorado” (JORNAL HOJE, 2015).

Esse artigo norteou-se pela pesquisa bibliográfica e pela análise documental. Fizemos um breve levantamento histórico, com intuito de situar o leitor diante das transformações e ressignificações ocorridas nesse processo educacional, tendo em vista o fato das inovações tecnológicas estarem comandando as cadeias produtivas, exigindo, assim, uma maior qualificação por parte dos sujeitos que compõem a sociedade dita do conhecimento.

Realizamos, ainda, consulta bibliográfica em artigos e livros, além da análise documental dos pareceres do Ministério da Educação e Cultura, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional inseridas no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) e de outros documentos que se mostraram pertinentes, com intuito de aumentar nosso arcabouço teórico, objetivando fornecer subsídios ao leitor sobre a formação do técnico subsequente e a qualificação na perspectiva do PRONATEC. Assim, apresentaremos o panorama histórico da Educação Profissional; seus objetivos; a importância do estágio e a práxis pedagógica; recorte histórico sobre o PRONATEC. Por fim, faremos nossas considerações finais.

Panorama histórico da Educação Profissional

Desde os tempos mais remotos da história, o homem já praticava a educação profissional, através da transferência de saberes, que, segundo Manfredi (2002), baseada na observação e repetição, repassava conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimorando ferramentas, instrumento de caça, defesa, facilitando, assim, o seu cotidiano. Assim, conseguiam enfrentar situações no ambiente da sociedade no qual estavam inseridos. Esses saberes eram repassados de geração para geração.

Sobre a evolução da educação profissional, para Wittaczik (2008), nas sociedades Antiga e Medieval, as relações de poder eram demarcadas pelos senhores da terra, com a exploração da produção e

do capital por meio do trabalho dos cidadãos que viviam nas cidadelas, da mesma forma pelos escravos e serventes. Sendo assim, o acesso ao conhecimento era privilégio das classes dominantes. A autora segue afirmando que:

Atualmente, temos a educação profissional que se consolidou a partir da Revolução Industrial na Inglaterra, no final do Século XVIII e início do Século XX, em que pela primeira vez descreve o quadro de ocupação da época bem como o que deveria ser estudado para o exercício das mesmas (WITTACZIK, 2008, p. 78).

Para Wittaczik (2008), a partir da disseminação das Escolas de Artes e de Ofícios, as técnicas passaram a ser sistematicamente difundidas, preparando gerações futuras para a continuidade do ofício, pois a burguesia emergente dominava as alterações nas relações de produção e capital, de acordo com o mercado produtivo. Mas, ao abordar o surgimento da educação profissional no Brasil, Almeida e Suhr (2012) consideram que:

Os processos educativos sempre estiveram e estarão ligados às transformações econômicas, políticas e culturais da sociedade. No Brasil ou no mundo, as transformações pelas quais passou a sociedade capitalista, em suas diferentes fases, modificaram, embora dialeticamente, os processos educativos (ALMEIDA; SUHR, 2012, p. 81).

Os processos de transformação pelos quais o sistema capitalista passou, modificaram os modos de organizar a produção e, conseqüentemente, esses processos educativos. Segundo esses autores, a educação informal foi trazida ao Brasil na época da colonização, pelos Jesuítas, ainda no Século XVII, onde eles catequizaram índios e escravos, além de criarem as primeiras escolas para os colonizadores, até então, o que prevalecia era a prática informal de qualificação.

Para Garcia (2000), no Brasil, a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios

e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isso, o trabalho manual ficava para os índios, escravos e o intelectual para os filhos de colonos. No panorama nacional, Garcia (2000) segue expondo que:

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais apareceram as Casas de Fundição e de Moeda, e com elas a necessidade do ensino de ofícios para aprendizes trabalharem nestas Casas. A aprendizagem feita nas Casas da Moeda diferenciava-se da realizada nos engenhos, pois só era destinada aos homens brancos, filhos dos empregados da própria Casa. Outra diferença era que aqueles que aprendiam o ofício, nos engenhos, faziam-no de forma assistemática e não precisavam provar o seu conhecimento prático por meio de exames. Nas Casas de Moeda os aprendizes, no fim do período de cinco a seis anos, tinham que demonstrar as suas habilidades perante uma banca examinadora e, sendo aprovados recebiam uma certidão de aprovação (GARCIA, 2000, p. 25).

Segundo esse autor, no mesmo período, também se iniciaram, nos Arsenais da Marinha no Brasil, os centros de aprendizagem de ofícios. Nesses centros, os operários especializados trazidos de Portugal e os aprendizes eram recrutados até durante a noite, quando uma patrulha do Arsenal saía e recolhia todo aquele que fosse encontrado vagando pelas ruas depois do toque de recolher.

Com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro e a instalação de fábricas no Brasil em 1808, D. João VI criou o Colégio de Fábricas, que representou o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público no Brasil, com a finalidade de atender a educação dos artistas e aprendizes. É importante lembrar, que esses aprendizes vinham de Portugal, atraídos pela abertura dos portos e das indústrias.

Com a fundação do Império em 1822 e a Assembleia Constituinte de 1823, não houve nenhum progresso em relação ao ensino de ofícios, isto é, continuava a mesma mentalidade de destinar esse ramo de ensino aos humildes, pobres e desvalidos.

Em sua origem, a educação profissional brasileira era direcionada aos pobres e desvalidos, para que tivessem um ofício, enquanto que

a educação básica era dirigida à elite. Os filhos dos trabalhadores que concluíam os cursos normal, técnico, comercial, básico ou agrícola eram encaminhados ao mercado do trabalho, atendendo às necessidades dos setores produtivos. Enquanto isso, os filhos da elite brasileira seguiam para cursar o ensino superior.

Essa trajetória oficial intensificou-se a partir de 1909, marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil, com ações no sentido de promover a educação profissional, tais como a aprovação de Decretos-Lei para definir leis específicas para formação profissional, no caso, o Decreto n. 7.566, que criava as Escolas de Aprendizes Artífices, dentre outras ações (BRASIL, 1909).

Para compreendermos melhor a evolução da educação profissional no Brasil, Wittaczik (2008, p 40) apresenta-nos uma síntese histórica, destacando os principais fatos:

- 1909 - Decreto-Lei n. 7.566, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituindo oficialmente a educação profissional brasileira;
- 1910 - Abertura de cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além de oficinas de carpintaria e artes decorativas
- 1930 - Instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da industrialização no Brasil). A partir da década de 30, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público alvo, ricos e pobres;
- 1937 - A Constituição Federal de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, em parceria com indústrias, sindicatos.
- 1940 - Ampliação do atendimento da indústria e comércio, através de formação de mão de obra; Surgimento do Sistema “S”;
- 1942 - Criação do SENAI e da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário;
- 1943 - Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino;
- 1946 - Criação do SENAC, SESC e da Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal, e Agrícola;
- 1990 - Criação do SENAR, SENAT, SESCOOP, SEBRAE.

O processo de industrialização e modernização brasileira exigia um contingente de profissionais especializados, o que possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. Outro fator importante foi a criação do sistema “S”, pelo qual o governo transfere à iniciativa privada a tarefa de preparar mão de obra para o mundo produtivo (1942).

Objetivos da Educação Profissional

A educação profissional, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a ser considerada complementar à educação básica, podendo ser desenvolvida em escolas públicas e em instituições especializadas. A educação profissional, agregada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao constante desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

O objetivo é instituir cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e promovam seu acesso ao mundo do trabalho; que acatem, também, os profissionais que já estão no mercado, para exercerem suas atividades, e, ainda, que sejam um instrumento dinâmico na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

A formação profissional não se resume na conquista de um certificado ou diploma. A nova política constitui a educação continuada, permanente, como forma de modernizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos.

O estágio e a Práxis Pedagógica

Quando se trata de mundo do trabalho, uma coisa que pode ser muito mais valorizada é a experiência, que, no caso, vem apenas com a prática das atividades em questão, porém, uma pergunta que sempre pode estar em evidência é a seguinte: “De onde vem a prática profissional e o conhecimento que nela é executado?”.

Percebe-se a importância do estágio e a amplitude de suas conexões dentro do currículo de formação dos cursos de educação

profissional, pois esse é um processo de aprendizagem indispensável para que o estudante esteja preparado a enfrentar os desafios de uma carreira profissional. É no estágio que percebemos a oportunidade de assimilar a teoria e a prática, aprender as peculiaridades da profissão, conhecer a realidade do dia a dia que o estudante escolheu para exercer.

O profissional que não faz nenhum estágio na área de sua formação, provavelmente irá encontrar mais dificuldades de adentrar no mundo do trabalho, porque só tem conhecimento teórico e não tem o conhecimento prático. Subtende-se que um estudante para se tornar um profissional adequado no mundo de trabalho, deve saber conciliar a teoria e a prática, ademais é preciso entender que elas se completam e podem fazer a total diferença em um ambiente laboral qualificado.

Recorte histórico sobre o PRONATEC

– “O sistema de capacitação profissional brasileiro já não corresponde às necessidades do país e às dimensões de nossa economia”. A frase foi pronunciada pela Presidenta Dilma Rousseff durante o lançamento do PRONATEC. Por que será que o profissional brasileiro não corresponde às necessidades do país?

Esse questionamento, considerado no fragmento, oportuniza-nos a refletir sobre a questão da capacitação profissional, que não será uma tarefa fácil para os educadores, pois sabemos claramente que, por trás disso, existem muitas ambivalências que implicam práxis pedagógica e, principalmente, qualidade de ensino. Portanto, a realidade da educação em nosso país é algo urgente a se repensar, já que somos sujeitos de transformação.

Partindo desse pressuposto, o PRONATEC foi criado pelo Governo Federal em 2011 com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil. Dessa maneira, instituiu-se como um programa que tem o principal repasse de financiamento pelo governo, devido à quantidade de vagas em Institutos Federais de Educação e Tecnológica (IFS), além das escolas Estaduais. Com efeito,

o PRONATEC fornece uma bolsa de formação para os candidatos dos cursos de educação profissional.

Dessa forma, a bolsa formação estudante, ofertada para os cursos gratuitos de formação inicial e continuada, é fornecida pelo MEC, sendo repassado o valor para os Institutos e redes públicas de ensino que ofertam os cursos, sendo estes aptos a promover a entrega para os alunos devidamente matriculados e com comprovação de frequência. Também integram a modalidade de bolsa formação os beneficiários do seguro-desemprego do Governo Federal, que precisam completar suas qualificações em um desses cursos do PRONATEC.

Nesse contexto, o programa teve que determinar algumas iniciativas com relação aos cursos de educação Profissional Tecnológica, para melhorar a qualidade de ensino profissionalizante no país, tais como:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- melhorar a qualidade do ensino médio (BRASIL, 2011).

Em 2013, com o advento da Lei nº 12.816 de 05/06/2013, houve uma alteração na rede ofertante dos cursos do PRONATEC, com isso, além das instituições federais e estaduais da rede pública e dos serviços nacionais de aprendizagem, as instituições privadas, sendo devidamente habilitadas, foram incorporadas ao processo.

Enfim, as condições abordadas acima levam-nos a refletir sobre esse processo do ensino profissional e tecnológico como uma

oportunidade do sujeito ser inserido no mercado de trabalho. Vale salientar que o Pronatec é uma modalidade de ensino subsequente, na qual o aluno pode assistir somente às aulas das disciplinas técnicas a depender do formato do currículo oferecido pela Instituição, porém com uma carga horária menor, objetivando oferecer, ao mercado de trabalho, profissionais das áreas técnicas com maior brevidade. Ademais, é necessário refletir sobre as convergências e divergências desses cursos para os indivíduos no seu percurso de formação.

Sabemos que o mundo do trabalho muda continuamente, em razão do interesse do capital. Nesse cenário, devemos superar as qualificações restritas, pois as exigências postas por essas mudanças determinam a urgência de um novo modelo de educação profissional centrado em competências por áreas. Nessa perspectiva, o técnico deve possuir habilidades que lhe permita construir itinerários profissionais, ou seja, caminhar por outras áreas do conhecimento para, dessa forma, alcançar mobilidade socioeconômica.

Nesse contexto, os cursos ofertados pelo PRONATEC podem ser entendidos como reciclagem, para sujeitos que atuavam na área, mas não se mostra adequado para qualificar alunos que buscam essa formação como a inicial para inserção no mundo trabalho. Pois, como já pontuamos, essa modalidade de ensino não oferece carga horária prática, em razão do tempo de formação previsto.

Faz-se mister apurar o olhar, voltando-o para qualidade educacional dos cursos técnicos profissionalizantes, pois a proposta foi criada para a melhoria social, de emprego, estudo e saúde.

Considerações finais

No Brasil, a educação profissional é um processo de ensino regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394/96, e pelo Decreto nº. 5.154/04. A proposta da educação profissional é a criação de cursos que oportunizem acesso ao mercado de trabalho, tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações.

As considerações tecidas no presente artigo permitem-nos ampliar os conhecimentos acerca da formação dos cursos profissionalizantes subsequentes x PRONATEC e suas ambivalências. Para isso, realizamos no escrito um panorama histórico sobre educação profissional e um recorte do contexto histórico dos cursos PRONATEC, que, atualmente, se tornaram foco das metas governamentais e da procura dos sujeitos da sociedade civil, por terem uma função social que representa melhores oportunidades para o mercado de trabalho. Sendo esse o cenário vivenciado atualmente na educação profissional.

O bombardeio de informações versa que os esforços concentram-se na formação de um trabalhador, ser pensante, consciente de seu espaço, sujeito de direitos, pela qual novas possibilidades poderão ser adquiridas, por meio da expansão dos conhecimentos específicos, do seu aperfeiçoamento e qualificação. Assim, este conseguirá a inserção no mundo do trabalho, assegurando o seu lugar de acordo não só com sua a qualificação e a sua habilidade, mas também com a sua aptidão para readaptar-se segundo as constantes reformulações das condições de ocupações, e integrando-se com a ciência, tecnologia e cultura.

No entanto, evidenciamos que a dicotomia formação manual e intelectual persiste nos discursos dos nossos dirigentes e nas práticas educativas propostas para esses cursos, ditos de qualificação, os quais oportunizam uma formação aligeirada, com pouquíssimo comprometimento dos envolvidos no processo final. Paralelamente, as narrativas dos dirigentes do nosso Brasil apontam que o problema de desemprego no país é causado pela falta de qualificação profissional.

Devemos ter sempre em mente que é o trabalho que define a essência humana, pois, assim, podemos compreender e reconhecer a “educação como formação humana, pois o homem se constitui como homem, ou seja, se forma homem no e pelo trabalho” (SAVIANI, 2012, p. 132).

Com isso, nos questionamos se ao término de um curso de educação profissionalizante, seja ela técnica subsequente ou PRONATEC, esses sujeitos garantirão sua formação omnilateral, ou,

ao menos, conseguirão assegurar um espaço no mercado de trabalho, garantindo sua condição de subsistência e validando os discursos recorrentes vinculados pelas mídias.

Referências

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Andréa Cristina; SUHR, Inge Renate Fröse. Educação Profissional no Brasil: a construção de uma proposta educativa. *Rev. Intersaberes*, v. 7 n. 13, p. 81-110, jan./jun. 2012.

BAHIA. SUPROF. *Guia do Estagiário da Educação Profissional da Bahia*. Salvador: EGBA, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional técnica de nível médio*. 2013. p. 202 -265. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. PRONATEC – *dúvidas frequentes*; base legal. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

DUARTE, Newtom. Luta de classes, educação e revolução. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newtom (Org.). *Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 149-165.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadania e formação técnico-profissional: desafios neste fim de século. In: SILVA, Luiz Heron et al. (Org.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED., 23., 2000, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0904t.PDF>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

JORNAL HOJE. *Mercado oferece oportunidades, mas falta mão de obra qualificada*. 27/04/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/04/mercado-oferece-oportunidades-mas-falta-mao-de-obra-qualificada.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Debate sobre educação, formação humana e ontologia a partir da questão do método dialético. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newtom (Org.). *Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 122-147.

TONET, Ivo. *Educação e formação humana*. 2006. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico. *E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial*, Florianópolis: FIESC/SENAI, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008. Disponível em: <revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/>. Acesso em: 30 mar. 2014.